

Discussões e iniciativas referentes à constituição de modelos de TV cultural-educativa e/ou pública no Brasil: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974.

Eduardo Amando de Barros Filho*

A presente comunicação tem como intento apresentar os resultados de minha recente pesquisa de mestrado, intitulada *Por uma televisão cultural-educativa e pública: a TV Cultura de São Paulo, 1960-1974* (2010), a qual teve como objetivo central analisar historicamente as discussões e iniciativas envolvidas na constituição de modelos de TV cultural-educativa e/ou pública no Brasil, durante o período de 1960 a 1974, tendo como eixo norteador o estudo histórico das relações que tornaram possível a TV Cultura, canal 2, de São Paulo, quer em sua fase como emissora privada, quer como pública. Dessa forma, tal pesquisa teve como intento trazer a lume dados e análises que permitissem comprovar a hipótese de que as definições e as iniciativas, tanto da ordem privada como governamental, voltadas para a TV como serviço público e veículo cultural-educativo se mostram limitadas e frágeis. Limitadas em razão delas se restringirem inicialmente ao âmbito dos agentes atuantes no campo da comunicação social, portanto, sem amplitude social, e posteriormente serem encapadas pelo Estado brasileiro em momento de acentuado autoritarismo. Frágil por que não permitiram instrumentos e mecanismos para engendrar uma diretriz de programação consistente à televisão educativa que lhe possibilitasse, ao mesmo tempo, significativa aderência da audiência e graus considerados de autonomia na sua condução.

Nesta direção, o trabalho contou com alguns objetivos pontuais. Primeiro, analisar historicamente a formação e o desenvolvimento do campo televisivo brasileiro e as visões e interesses da imprensa impressa sobre este, mais especificamente dos periódicos *O Estado de S. Paulo*, *Diário de São Paulo* e *O Cruzeiro*. Pontuar o debate e as iniciativas voltadas para a elaboração de representações e práticas ocupadas com o modelo de televisão cultural-educativa e/ou pública durante o período de 1960 a 1974,

* Mestre em História pela FCL – UNESP/Assis.

advindas de instituições, movimentos e grupos do campo político, social e do cultural (comunicação social, intelectual e artístico). Historiar o processo de formação e o desenvolvimento da TV Cultura de São Paulo sob o comando de Assis Chateaubriand, identificando os interesses, ações e as relações desse empresário para obter a concessão e manter a sua segunda emissora em São Paulo, bem como mapear as avaliações que agentes do campo político e da comunicação social apresentaram sobre a constituição da TV Cultura e da sua trajetória no período em que esteve ligada ao condomínio Diários e Emissoras Associados. Abordar historicamente o processo de compra da TV Cultura pelo governo paulista, cuidando tanto das ações oficiais como das manifestações de setores sócio-políticos sobre aquele ato do executivo paulista e da criação da Fundação Padre Anchieta, notadamente as que emergiram na Assembléia Legislativa e na imprensa impressa do período. Caracterizar as diretrizes aplicadas à TV Cultura, assim como suas relações com o governo paulista e as mudanças em sua direção, durante seus primeiros cinco anos como emissora pública. E, por fim, objetiva elucidar as similitudes e distinções contidas na programação da TV Cultura em suas duas fases, primeiramente como emissora privada e posteriormente como pública.

Entre os anos de 1950 e a primeira metade da década de 1970, o campo televisivo brasileiro passou por diversas mudanças em sua estrutura, prática e abrangência. No início não houve nenhuma referência concreta a qualquer modelo de televisão que não fosse o comercial. Ocorreu no Brasil exatamente o oposto ao verificado na Inglaterra e praticamente em toda a Europa Ocidental. Na década de 1950, no campo televisivo brasileiro imperava a precariedade, a falta de organização, os altos custos e a falta de profissionais qualificados. Estes fatores, entre outros, resultaram em uma baixa audiência, restrita praticamente a parte da população de São Paulo e Rio de Janeiro. A partir do início da década de 1960 e principalmente com a ascensão dos militares ao poder, inicia-se a segunda fase da televisão brasileira. Com avanços tecnológicos passando a serem utilizados no Brasil, como o videoteipe, a instituição do Código Brasileiro de Comunicações e toda a estrutura estrategicamente investida pelo governo militar no campo da comunicação social eletrônica, a TV foi se deslocando para o centro da cena nacional. Não havia mais espaço para emissoras que não se organizassem como empresa. A televisão se transformava no principal meio de comunicação do país. Em função destas mudanças, pode-se notar uma diferença na

programação durante estas distintas fases. Na primeira fase, a programação era eminentemente trazida do rádio, porém com ares “elitista”, devido à apresentação de teleteatros, com a encenação de textos de teatro clássico e de vanguarda, e por apresentar também alguns programas de música erudita, além do fato de os próprios televisores serem um objeto restrito a regimentos mais abastados da classe média urbana. Na seguinte fase, a programação passa a ser dirigida a todos, pois inicia-se a massificação do meio, resultando na falta de espessura cultural e educativa. Com as emissoras priorizando o entretenimento, a exemplo das emissoras norte-americanas, visando à audiência e, principalmente, seus rendimentos, o debate sobre a TV educativa ganhava força a partir da segunda metade dos anos de 1960. A constituição dos primeiros modelos de televisão cultural-educativa e/ou pública no Brasil se processariam juntamente com aquele debate, o qual já era presente na imprensa desde a década de 1950.

A iniciativa privada e a ação estatal foram complementares na consolidação do campo televisivo brasileiro. A televisão pública nasce, no Brasil, com a incumbência de suprir duas carências: a falta de programas educativos nas emissoras comerciais e a fragilidade do sistema educacional brasileiro. Desde o início da década de 1950 surgiram iniciativas para a utilização da televisão com propósitos educativos, assim como algumas emissoras comerciais dedicaram espaço em suas grades para esse fim. Porém, a partir da segunda metade da década de 1960, através de uma série de medidas provindas do campo político, aquelas iniciativas se intensificaram. A partir da criação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) o governo federal, além de incentivar a implantação de emissoras educativas, chamou para si a missão de constituir suas próprias redes. Contudo, apesar do amplo esforço por parte das esferas federais, estaduais e municipais existiu uma falta de planejamento na implementação de emissoras educativas, acarretando em resultados limitados e frágeis. As poucas emissoras públicas instaladas até 1974 sofriam com os mais diversos problemas, que convergiam para um resultado comum: os baixos índices de audiência. A adesão da audiência às emissoras educativas somente poderia ser obtida com uma programação bastante consistente e atraente, a qual dependia de tecnologia e profissionais com experiência na produção de programas educativos. Talvez o primeiro item pudesse ser mais fácil e rapidamente obtido pelas emissoras educativas, vencidas barreiras ou

obstáculos de financiamentos públicos, mas o mesmo não ocorreria com a formação de quadros de profissionais especializados em programas educativos, dado que estes eram quase inexistentes no campo televisivo do período, e pouco cresceria até os anos de 1970.

Com análise dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Diário de S. Paulo* e a revista *O Cruzeiro* é possível notar que foi dada uma ampla cobertura por parte da imprensa impressa à formação e desenvolvimento da televisão brasileira. Antes mesmo das primeiras emissões regulares já se estabeleciam as primeiras relações entre esses dois meios de comunicação social. Tais periódicos noticiaram praticamente todos os passos da televisão brasileira, não hesitando em atentar seus leitores para o vasto campo de atuação possível à televisão. Apesar de apresentarem distintas linhas editoriais, *O Estado de S. Paulo*, *Diário de S. Paulo* e *O Cruzeiro* deram uma importante contribuição ao estenderem, desde os anos de 1950, a um público maior questões atinentes à organização e funcionamento da televisão, inclusive tratando do papel social que o meio devesse desempenhar. Tais questões impressas nas páginas daqueles periódicos davam publicidade a discussões, ações e medidas até então restritas a alguns círculos de poder político e das empresas de comunicação social. Prática que seria ampliada durante a década de 1960 e início de 1970, ainda que, por vezes, cerceadas pela censura do regime militar. Contudo, o jornal *O Estado de S. Paulo* assim agiria no sentido de se precaver contra possíveis interferências indesejadas e arbitrárias do campo televisivo, então em formação, contra o jornalismo impresso, sobremaneira aquele que não tivesse vinculada a condomínios comunicacionais dispostos de concessão televisiva, como era seu caso. Já, o *Diário de S. Paulo* e *O Cruzeiro* se viam obrigados a tratar de questões de organização e funcionamento do campo televisivo em razão de seus concorrentes no campo jornalístico cotidianamente informarem e emitirem opinião sobre um espaço em que o condomínio empresarial que integravam atuava, inclusive com interesse hegemônico. Buscavam, assim, evitar ou dificultar tentativas de seus concorrentes em atrapalhar os planos e atuações dos Diários e Emissoras Associados no campo televisivo. De uma forma ou de outra, os periódicos colaboravam para colocar na pauta de preocupações públicas a necessidade da sociedade paulista, e por extensão brasileira, se ocupar com o desenvolvimento da televisão na vida social, bem como para

despertar-lhe o interesse da cerrar fileiras pela concretização de emissoras que fugissem ao modelo comercial, portanto, baterem-se por uma TV cultural-educativa e pública.

A trajetória inicial da TV Cultura, canal 2, de São Paulo, pode ser considerada como um caso *sui generis* dentro do campo televisivo brasileiro, posto que, numa mesma década, fora criada pela iniciativa privada e com vistas a operar como emissora cultural-educativa, e ressurgira como emissora pública estadual com o mesmo princípio que a regeira quando da sua criação. Tal percurso da emissora foi, em grande parte, consonante às flutuações do debate e das ações encetadas por agentes da comunicação social e da política na busca por uma televisão cultural-educativa ou pública em terras brasileiras. Assim, a criação da TV Cultura por Assis Chateaubriand – à época grande empreendedor no campo da comunicação social e proprietário de condomínio comunicacional com hegemonia no campo televisivo brasileiro – caracteriza bem o fato de o debate e as ações a respeito de uma televisão cultural-educativa no Brasil se restringiram sobremaneira ao âmbito da iniciativa privada até meados dos anos de 1960. Ademais, tal empreendimento pode ser tomado como uma antecipação por parte do empresário à concorrência num quadro de possível crescimento do debate e das demandas pelo uso do meio com propósitos educativos, inclusive dentro da órbita do Estado, resultando em legislação atinente à matéria.

Na década de 1960 os investimentos publicitários voltados para a televisão superaram a de qualquer outro meio de comunicação, o número de televisores multiplicou-se e, conseqüentemente, a competitividade entre as emissoras se tornava mais acentuada. Período em que até mesmo a TV Tupi – primeira emissora do país e a mais notável emissora Associada – começaria a perder espaço no campo televisivo, tornando quase impraticável a condução pelo condomínio de Chateaubriand de uma segunda emissora, a TV Cultura, ainda mais com uma proposta inusitada e talvez pouco operacional para aquele momento, inclusive pela carência de profissionais especializados para a produção de programas essencialmente culturais e educativos que conseguissem significativa aderência da audiência. Somado às dificuldades financeiras e operacionais da TV Cultura havia também a questão da situação irregular da emissora, uma vez que a legislação vigente impedia a manutenção de duas emissoras em uma mesma região por um único concessionário.

Os programas educativos realizados pela TV Cultura em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, apesar do esforço de ambas as partes, foram concebidos sem o devido planejamento, carecendo de recursos financeiros, técnico e profissional. Somente a partir da segunda metade da década de 1960 é que vão ser criadas uma série de medidas, provindas do poder federal, buscando constituição de tecnologias, estruturas e profissionais qualificados para o desenvolvimento de emissoras e programas educativos. Porém, deve ser ressaltado que transmissão de cursos regulares pela Cultura, apesar do aparente insucesso, foi um importante passo para o desenvolvimento de futuros tele cursos, para a constituição de novas parcerias entre emissoras e a Secretaria de Educação, assim como para a implementação de uma emissora educativa no estado de São Paulo.

Com grandes dificuldades em definir uma programação consistente que mantivesse uma boa média de audiência, possuindo apenas alguns programas de relativo sucesso e atravessando dificuldades financeiras, além das imposições legais e a crescente concorrência do campo televisivo, a TV Cultura, juntamente com a Rádio Cultura, foi vendida para o governo do Estado de São Paulo. Assim sendo, “A Caçula das Associadas” saía do ar no dia 7 de dezembro de 1967.

Em meio aos incentivos provindos da esfera federal para a instituição de emissoras educativas, o governador Abreu Sodré buscou implantar a primeira emissora cultural-educativa e pública de São Paulo. Tal ação recebera apoio de diversos setores sociais, além de amplamente discutidas pelos deputados estaduais, tanto da situação como da oposição. Para tanto, além de adquirir a Rádio e TV Cultura, o governador intentou instituir a Fundação Padre Anchieta para abrigar ambas as emissoras. Tal Fundação, segundo os discursos de Sodré, seria totalmente apolítica, porém, seu Estatuto, inclusive após as modificações de 1968, possibilitava intervenções do chefe do Executivo estadual, ainda que não de forma direta. Após a compra da TV Cultura e da criação da Fundação Padre Anchieta, a morosidade para a inauguração da televisão educativa paulista, mesmo sendo justificada para atualizá-la ou adequá-la à nova finalidade, deu margem para dúvidas sobre situação da emissora adquirida, a oferta de profissionais qualificados para tal empreitada e também acerca da sua administração. Ademais, a mobilização em torno da TV educativa gerou uma pressão por sua

inauguração. Inclusive, havendo a realização de uma solenidade somente para exibição da imagem padrão da futura TV Cultura, já que sua inauguração era constantemente remarcada. Contudo, apesar de todo o tumultuado processo de transformação de uma emissora comercial e particular em emissora cultural-educativa e pública, o Canal 2 voltaria à tela dos televisores paulistas ainda em 1969. Caberia ao telespectador paulista, então, julgar o que seus governantes tinham possibilitado em termos de programação cultural-educativa, ação que, aliás, em nada se diferenciava daquela que as emissoras comerciais lhes reservavam no campo televisivo.

Apesar da anunciada autonomia da Fundação Padre Anchieta, a programação da TV Cultura sempre foi subordinada à vontade dos governantes do momento. Como sobrevivência, em troca de manter o poder de fato, as administrações da emissora se curvavam diante das ingerências dos governantes, tanto em sua programação quanto na contratação de indicados políticos. O caráter apolítico da TV Cultura, expresso no Estatuto da Fundação, não se confirmou na prática. Como afirmou Leal Filho (1988, p. 60), quando era para garantir a manutenção do poder internamente contra a influência direta do poder público sobre a TV Cultura, o Estatuto da Fundação Padre Anchieta era erguido como barreira intransponível. Já, quando se tratava de adequar a programação da emissora à vontade dos governantes do período, o Estatuto era docilmente esquecido. A programação, assim como alguns cargos, se constituíam em apêndices sobre os quais poderiam ser feitas as mais diversas concessões. A falta de uma proposta consistente em termos de programação permitiu a alteração de rumos administrativos da TV Cultura conforme mudança do governo estadual, bem como não conseguiu contornar o desinteresse dos telespectadores em geral pela grade de programa da emissora. Com a audiência significativa a uma programação inovadora e atraente, tanto do ponto de vista técnico como de conteúdo, as tentativas de grupos políticos em alterar a produção da TV Cultura encontrariam dificuldades de obterem êxito. Embora distinta das emissoras comerciais, quer em termos de propriedade, quer de objetivos, a TV Cultura poderia atuar com mais autonomia caso seguisse e obtivesse sucesso dentro da lógica da audiência. Elemento crucial na dinâmica do campo televisivo – quer no Brasil ou em outros países, no passado e hoje –, e sempre perseguida intensa e estrategicamente pelas emissoras comerciais, a audiência se impunha também à nascente televisão pública educativa – fosse uma emissora paulista, fosse de outro estado ou mesmo de natureza

federal – como recurso necessário e útil para a conquista ou ampliação de autonomia em relação ao poder político.

A grade de programação da TV Cultura pertencente aos Diários Associados e a da sua fase como emissora pública estadual apresentavam continuidades, apesar de algumas rupturas. Através da análise da programação artística da TV Cultura como emissora privada podemos perceber as práticas condizentes ao início do campo televisivo brasileiro. Mesmo a emissora tendo sido fundada no início da década de 1960, momento em que práticas investidas na produção televisiva começaram a sofrer mudanças em razão de uma maior profissionalização e desenvolvimento de novas tecnologias. Apesar de sua reformulação em 1963, buscando alavancar sua audiência, a TV Cultura requentava programas da TV Tupi e os transformavam em carros-chefe da sua programação. Com a compra da emissora pelo Governo do Estado de São Paulo, os recursos técnicos e financeiros da TV Cultura melhoraram significativamente. Apesar da programação artística de sua fase pública contemplar basicamente os mesmos temas de sua fase privada, excetuando os programas de auditório, o nível de produções e transmissões da programação internacional aumentara significativamente, além da emissora passar a se preocupar com os processos de criação das mais variadas formas de arte, prática não utilizada em sua fase como emissora privada. A melhor explicação para as semelhanças da programação artística da TV Cultura em suas duas fases está na manutenção do caráter “elitista”. Como emissora privada, a Cultura possuía um programa com os ares “elitistas”, pois apresentava programas artísticos típicos dos primeiros anos da televisão no Brasil, momento em que os televisores eram restritos aos lares de famílias abastadas ou de classe média urbana, com a apresentação de teleteatros, de textos de teatro clássico e de vanguarda, e exibições de alguns programas de música erudita. Em sua fase como emissora pública, a Cultura mantinha a linha artística “elitista”, imposta agora pelo grupo político de Abreu Sodré, e tendo como objetivo levar “erudição ao povo inculto”, ou seja, desperta-lhe o “prazer pela arte”. Porém, quando sua programação artística “elitista” não atingia audiência considerável, fosse em sua fase privada, fosse como emissora pública, a TV Cultura recorria a uma programação considerada “popular”. No período como emissora privada, buscava a produção de programas de auditório, quando pública, recorreu a telenovela ou programas musicais dedicados ao repertório do cancionero popular.

Através da análise da programação cultural da TV Cultura em sua fase privada e de seus primeiros anos como emissora pública é possível notar muitas semelhanças nas escolhas dos temas dos programas, assim como ocorreu para a programação artística. Porém, a principal diferença está no fato de a emissora quando pública não apenas divulgar notícias ou realizar transmissões esportivas, mas sim buscar formar a opinião dos telespectadores, contextualizando os fatos ou trazendo descrições das mais variadas modalidades esportivas. Ou seja, tentando ofertar serviços que as emissoras comerciais de televisão não possuísem de maneira nenhuma ou de forma insuficiente. Outro dado que diferencia as duas fases da TV Cultura está relacionado ao diferente período político em que atuaram. A TV Cultura, enquanto emissora privada, não foi contemporânea ao AI-5, ainda que talvez, como todos os demais órgãos da imprensa, tivesse entre 1964 a 1967, que se haver com a censura imposta pelo advento do regime militar, embora os Diários e Emissoras Associados se manifestassem, pelo menos, inicialmente, favorável ao golpe de 1964 e ao regime dele originário. Se a Cultura como emissora Associada mantinha uma linha de telejornais mais dedicados ao noticiário nacional e mesmo regional, ela em sua fase inicial como televisão pública demoraria dois anos para lançar o seu primeiro telejornal, e quando o fez procurou privilegiar o noticiário internacional. Expedientes adotados com vista a evitar problemas com a censura ou embaraços com o regime militar, mas que, no entanto, não lhe impediu de que sofresse reprimendas da ditadura militar. Contudo, profissionais ligados à Assessoria Cultural da emissora buscaram, e conseguiram realizar, um telejornalismo mais crítico e opinativo ou programas de entrevistas a personalidades mal quistas pelo regime, porém ao custo de colherem a ira e arbítrio da ditadura militar.

Ademais, houve uma nítida continuidade em termos de gênero de programas culturais exibidos durante as duas fases da TV Cultura. Programas de documentários, desportivos e que dispunham de um especialista em determinado assunto eram apresentados tanto em sua fase privada quanto em sua fase pública. Evidentemente, nesta última fase as produções culturais procuraram imprimir um caráter de difusão de conhecimento sobre temas tratados ou práticas focalizadas. Entretanto, tentativas semelhantes haviam ocorrido na privada TV Cultura, ainda que não prosperassem, e as atividades culturais, desportivas e de comportamentos enfocadas na fase pública eram próprias da realidade de grupos integrados a setores sociais mais abastados ou

segmentos da classe média urbana, como eram o caso de programas dedicados à transmissão de vôlei, rúgbi, o dedicado à ioga e filosofias hindu, à arquitetura e ao urbanismo.

Algumas poucas incidências ou possíveis ausências também podem ser notadas na programação cultural da TV Cultura quando pública, como os programas femininos. Ademais, vale ressaltar que possuindo maiores recursos após ser comprada pelo governo paulista, a emissora tornou possível, além da aquisição dos mais diversos tipos de produções internacionais relacionados cultura, a realização de produções mais dispendiosas, por vezes em parceria com a TV Globo, que já consolidava sua posição de líder de audiência no campo televisivo brasileiro.

Se as programações artística e cultural da TV Cultura, quando atuando como emissora privada e posteriormente em sua fase pública, apresentavam semelhanças e continuidades, apesar de algumas rupturas em razão da sua definição como emissora educativa, as proximidades das grades de programas educativos de ambas as fases da TV Cultura eram ainda mais acentuadas. Inclusive os primeiros Relatórios de Atividades da Fundação Padre Anchieta consideravam a programação produzida por sua Assessoria de Ensino como um desdobramento do Projeto TV Escolar, vinculado à Secretária de Educação, o qual era feito inicialmente em parceria exclusiva com a privada TV Cultura. A base da programação de ensino da TV Cultura nos dois momentos abordados constitui-se em tele-aulas de cursos regulares e de idiomas. Ressalvando-se, obviamente, os programas considerados educativos pela direção da TV Cultura quando privada que incluía infantis e competições entre estudantes de vários níveis. Ademais, deve-se ressaltar a participação de professores que formavam os quadros da USP na produção e apresentação de programas educativos da TV Cultura pública. Era a prova de que aqueles acadêmicos da universidade acreditavam que a educação e a cultura poderiam se valer fértilmente daquele meio que cada vez mais ganhava espaço no campo comunicacional e, por conseguinte, na vida social do Brasil. Porém, tal visão e prática já se fazia presente no início na TV Cultura quando privada, dado que, desde o princípio da década de 1960, professores, não só da USP, como de diversos institutos científicos, fundações de ensino e universidades, participaram da programação de ensino veiculada pela emissora dos Diários Associados.

Entretanto, apesar das várias similitudes de sua programação, e distinções decorrentes de primeiramente ser uma emissora comercial e posteriormente educativa, talvez a maior identificação da TV Cultura em seus dois momentos tenha sido realmente a falta de identificação dos telespectadores com a programação da emissora, como comprovava os seus baixos índices de audiência. Descontando a situação irregular da TV Cultura na parte final de sua fase como emissora privada, pode-se afirmar que a baixa aderência da audiência à grade de programação oferecida nas duas fases da Cultura impediu com que a emissora pudesse agir com mais autonomia, quer na primeira etapa com relação ao poder econômico e político, quer na segunda com relação ao poder político e governos, sobremaneira o estadual.

Se, de um lado, entre os anos de 1960 até meados da década de 1970 as iniciativas por uma televisão cultural-educativa e/ou pública no Brasil se concretizavam na criação e operação de emissoras desta natureza em todo o país, sendo a TV Cultura seu melhor exemplo e expressão de toda a fase inicial daquele processo, de outro, o debate social ampliado sobre aquele modelo de televisão estava longe de se tornar uma realidade.